

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.227 - SC (2019/0355224-8)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DOUGLAS VOLTOLINI  
**ADVOGADO** : DOUGLAS VOLTOLINI - SC0026825  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : RONALDO LOPES SANTANA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## EMENTA

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. DETERMINAÇÃO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA APÓS A SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO ART. 387, § 1º, DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Ronaldo Lopes Santana** – condenado como incurso no crime de homicídio qualificado tentado, à pena de 10 anos e 8 meses de reclusão, no regime inicial fechado –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 4030292-90.2019.8.24.0000), mantendo determinação de execução provisória da pena após o julgamento do paciente pelo Tribunal do Júri (Ação Penal n. 0018751-19.2016.8.24.0038).

Alega o impetrante, em síntese, constrangimento ilegal decorrente da execução da pena após o julgamento em primeiro grau de jurisdição, pois *é de claridade solar que a determinação de imediato cumprimento da sentença condenatória, sem o trânsito em julgado da sentença condenatória, configura, indubitavelmente, constrangimento ilegal, devendo ser imediatamente corrigido por este Tribunal Guardião da Lei* (fl. 9).

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja assegurado ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade.

É o relatório.

Primeiramente, cumpre consignar que em julgamento realizado no dia 7/11/2019,

# Superior Tribunal de Justiça

o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

No tocante à execução da pena após o julgamento pelo Tribunal do Júri, este Superior Tribunal entende que tal procedimento é ilegal, devendo ser observado o art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal.

No mesmo sentido:

*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ORDEM IMPETRADA CONTRA LIMINAR INDEFERIDA NA ORIGEM. ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. SUPERAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AUSÊNCIA DE DECISÃO DECRETANDO A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRISÃO ILEGAL. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. **Caso em que o recorrente, após responder ao processo em liberdade, foi condenado pelo Tribunal do Júri à pena de 17 anos e 6 meses de reclusão. Na mesma oportunidade, o juiz-presidente, com amparo no entendimento exposto pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Reclamação nº 27.011-SP, deferiu a imediata execução provisória da pena. Acontece que a conclusão majoritária do julgado que amparou a decisão proferida na referida reclamação (HC nº 118.770-SP) foi no sentido de não admitir a impetração, sem comprometimento com a respeitável tese esboçada na ementa do digno Redator para o acórdão. Não há notícia, aliás, de qualquer precedente da Segunda Turma ou do Pleno do STF que proclame a execução provisória da pena antes do exame da sentença condenatória pelo Tribunal de apelação, como entendeu o acórdão impugnado.**

3. [...]

4. Na espécie, é prematuro antecipar a execução da pena antes de se submeter o édito condenatório do Tribunal do Júri ao controle revisional da Corte de apelação, com a efetiva estabilização da discussão sobre a matéria fática. Precedentes.

5. **Em suma, a execução provisória da pena, *in casu*, foi determinada pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri em face do veredicto popular, antes mesmo da interposição do recurso de apelação cabível para a**

# Superior Tribunal de Justiça

**instância ad quem, o que configura manifesta ilegalidade, passível de correção de ofício por esta Corte Superior de Justiça (RHC 84.406/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 1º/2/2018).**

6. De qualquer modo, tanto a doutrina quanto a jurisprudência, salvo pontuais divergências, sempre entenderam que a decisão do Tribunal do Júri não é imediatamente exequível. A soberania dos veredictos não é absoluta e convive em harmonia com o sistema recursal desenhado pela lei adjetiva penal. O fato de a Corte revisora, no julgamento de apelação contra decisão do Tribunal do Júri, não estar legitimado a efetuar o juízo rescisório, não provoca a execução imediata da sentença condenatória, pois permanece incólume a sua competência para efetuar o juízo rescindente e determinar, se for o caso, um novo julgamento, com reexame de fatos e provas.

7. *Habeas corpus* não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o encerramento do julgamento perante as instâncias ordinárias, salvo se presentes outros motivos que justifiquem eventual decretação de prisão cautelar.

(HC 478.945/ES, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/3/2019 - grifo nosso)

Em face do exposto, concedo a ordem impetrada, **liminarmente**, para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, podendo o Magistrado singular decretar a prisão preventiva, desde que com base em elementos concretos extraídos dos autos.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator